

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RAMUEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)  
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIZ CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Precisamos falar de Defesa



**Gasto militar aumenta em todos os continentes, batendo recordes históricos. O mundo está mais perigoso, e para ser fiel à sua tradição pacífica o Brasil precisará de uma melhor Defesa**

Segundo o Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (Sipri, na sigla em inglês), em 2023 o mundo bateu um recorde histórico de despesas militares: US\$ 2,4 trilhões, quase 7% a mais do que em 2022, a maior elevação desde 2009. Pela primeira vez em 15 anos, as despesas cresceram em todos os continentes.

A alta foi turbinada pela guerra na Ucrânia. A Rússia aumentou seus gastos em 24%; a Ucrânia, em 51%. As despesas cresceram na maioria dos membros europeus da Otan e seguem crescendo na

China – 75% em 10 anos –, desencadeando uma corrida armamentista nos vizinhos. Os conflitos no Oriente Médio abasteceram em 2023 o crescimento mais agudo da última década: 9%. Na América Central e Caribe, a repressão militar ao crime organizado provocou 54% de aumento em 10 anos.

Em fóruns internacionais, o presidente Lula da Silva costuma lamentar que o mundo, em vez de matar a fome de milhões de pessoas, gasta trilhões de dólares para “alimentar a máquina de guerra”. É mesmo lamentável. Num mundo ideal não existiriam armas nem guerras.

Mas o fato é que o mundo real está cada vez mais perigoso. O Brasil não pode se furtrar a essa realidade e também precisa alimentar sua máquina de guerra.

O País tem vantagens comparativas. Com técnica e habilidade diplomática, consolidou suas fronteiras pacificamente. A América do Sul está distante das grandes zonas de conflito. O Brasil tem uma reputação na busca de soluções pacíficas de controvérsias e apoio ao multilateralismo. Em meio às rotas de colisão de grandes blocos, é do interesse nacional manter uma autonomia estratégica. Mas esse *soft power* precisa estar respaldado por um *hard power*.

O problema é que o dividendo da paz, ao invés de ser otimizado com inteligência, deu azo à complacência. As defesas nacionais estão defasadas. Neste ano, por exemplo, está programada a revisão quadrienal da Política Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa, mas este não é um tema de atenção nos centros de poder e nas mídias.

O máximo que se tem debatido é sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) para fixar um piso de 2% do PIB para gastos em Defesa. Mas, como já dissemos neste espaço, a PEC da Defesa é uma solução equivocada para um problema real. O engessamento do Orçamento já é excessivo, minando a capacidade do País de discutir politicamente suas prioridades e a consequente alocação de recursos para realizá-las.

Ainda assim, as preocupações que motivam os autores da PEC são legítimas. O percentual de 2% é um padrão internacional. Mas nos últimos 30 anos os gastos do Brasil com Defesa caíram de 1,8% do PIB para 1,2%. Reverter essa

trajetória é crucial num momento em que o mundo não só está se armando mais, mas combatendo com tecnologias disruptivas.

Prioritário é rever a qualidade do gasto: 85% são para salários e benefícios, e só 5% para investimentos. Entre os 29 países da Otan, só 9 gastam mais de 50% com pessoal, e só 3 gastam menos de 20% com investimentos. Nas três frentes da inovação militar – cibernética, nuclear e espacial –, o Brasil parou no tempo. A base industrial de Defesa é pequena para as necessidades nacionais e dependente de importações – o que, ao contrário das cadeias de valor em geral, no caso da Defesa representa um risco estratégico grave.

Se não há perigo iminente de ataque de outro país, em áreas críticas como a proteção das fronteiras da costa e da Região Amazônica, especialmente contra organizações criminosas transnacionais, o País precisa de contingentes especializados e qualificados, equipados com arsenais de fácil deslocamento e intervenções ágeis. Quanto a eventuais ameaças de grandes potências, o País não tem condições de se defender sozinho, e dependeria de cooperação internacional. Mas nos últimos governos a diplomacia foi errática, ideológica e frequentemente contrária aos interesses nacionais.

Anseios pela paz e estabilidade existem desde que existe a humanidade e o esforço pela “paz perpétua” sonhada por Immanuel Kant é um imperativo político. Mas a dura realidade é que, desde a Antiguidade, a máxima dos romanos jamais foi desmentida: se quer a paz, prepare-se para a guerra. ●

## Petróleo como combustível da sustentabilidade

**Para desenvolver as potencialidades da ‘economia verde’ e combinar prosperidade social com preservação ambiental, Brasil precisará de muito dinheiro. O petróleo pode ser a sua fonte**

Estima-se que o óleo e o gás ainda representarão em 2050 cerca de 1/3 da matriz energética global. Mesmo no cenário mais agressivo – e improvável – de descarbonização, os combustíveis fósseis ainda responderiam por 15% dessa matriz. A Empresa de Pesquisa Energética alerta que, se o Brasil deixar de explorar suas reservas potenciais, pode perder R\$ 5 trilhões entre 2031 e 2050.

A transição energética de combustíveis fósseis para renováveis é irreversível. Há, e deve haver, debates acalorados sobre os custos e benefícios sociais e ambientais de uma maior ou menor aceleração desse processo, mas a transição em si é um consenso da comunidade internacional.

“Transição”, por definição, não é

“ruptura”, e combina mal com imediatismos. Os fósseis podem ser letais a longo prazo, mas são vitais no curto prazo. O petróleo ainda responde por mais da metade da energia produzida no mundo e é a fonte mais barata e confiável. Gastar menos dinheiro com energia significa ter mais dinheiro para investir em desenvolvimento social e, também, ambiental, incluindo em pesquisa e desenvolvimento de energias limpas que sejam tão baratas, eficientes e acessíveis quanto os fósseis. Hoje elas não são.

O Brasil tem vantagens. Se boa parte do mundo precisa trocar o carvão por fontes limpas, o País já tem 48% de sua matriz energética ligada a fontes renováveis, enquanto a média mundial é de 15%. No mundo, o setor de energia responde por 70% das emissões de carbono.

No Brasil, são 17%. O País tem áreas continentais fartamente servidas por água, vento, luz solar, biomassa e metais cruciais para a transição energética, e tem condições materiais de se tornar um exportador de hidrogênio verde e aproveitar a expertise com o etanol para desenvolver alternativas de biocombustíveis.

A propósito do óleo e do gás, como se sabe a grande fronteira inexplorada do Brasil é a chamada Margem Equatorial, formada por cinco bacias sedimentares que se estendem da costa do Amapá até o Rio Grande do Norte, com o potencial de dobrar as atuais reservas nacionais.

A possibilidade de exploração dessas bacias é incerta e particularmente sensível pela sua relativa proximidade com a Amazônia. O problema é que a ideologia polui o debate. Para as pessoas sensatas o desafio é encontrar os meios de explorar essas reservas minimizando riscos ambientais, mitigando emissões de carbono e otimizando as receitas. Mas, para uma ala radical de militantes ambientalistas, não se trata de uma exploração mais ou menos responsável: a exploração em si é irresponsável. É preciso parar de manchar o planeta com petróleo.

Mas a redução dos combustíveis fósseis não se fará por restrições voluntaristas à oferta, e sim por uma redução voluntária da demanda. Suponhamos

que o Brasil interrompesse toda a sua produção petrolífera num estalar de dedos. Isso não alteraria nem um mililitro da demanda global por petróleo nem a do Brasil por energia. Nesse cenário hipotético, as emissões até aumentariam, porque o petróleo explorado no Brasil emite menos carbono que o de outros países. O Brasil se tornaria mais dependente de fontes externas, e o custo de energia escalaria, devorando recursos que poderiam ser investidos no desenvolvimento social. Ironicamente, os fundamentalistas ambientais costumam ser aqueles que vociferam mais historicamente contra “desigualdades” e “injustiças sociais”.

Essa turma costuma alardear as “riquezas naturais” da Amazônia e as potencialidades do Brasil em “energia verde”. Mas os povos amazônicos ainda são os mais miseráveis do País e todo este potencial não se tornará realidade num passe de mágica, mas só com investimentos massivos em pesquisa e produção. O petróleo pode ser a fonte destes recursos. Com políticas públicas bem desenhadas, ele pode capitalizar o desenvolvimento social e, sim, também o ambiental. Não há paradoxo nem contradição nisso: com prudência e racionalidade, os combustíveis fósseis podem abastecer e acelerar a jornada do Brasil rumo à terra prometida de uma matriz energética verde – e uma sociedade próspera. ●